



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2012.0000291761

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000181-54.2005.8.26.0348, da Comarca de Mauá, em que é apelante PATRICIA DE BRITO DANTAS (HERDEIRO) sendo apelado VIAÇÃO BARÃO DE MAUÁ LTDA.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) e ORLANDO PISTORESÍ.

São Paulo, 20 de junho de 2012.

Marcos Ramos

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

16.850

Apelação nº 0000181-54.2005.8.26.0348
Comarca: Mauá
Juízo de Origem: 1ª Vara Cível
Ação Civil nº 348.01.2005.000181-4/000000-000
Apelante: Patricia de Brito Dantas
Apelado: Viação Barão de Mauá Ltda
Classificação: Acidente de trânsito - Indenização

EMENTA: Veículo automotor - Acidente de trânsito – Ação de reparação por danos morais e materiais - Sentença de improcedência – Manutenção do julgado - Necessidade - Alegação de que demonstrada a culpa do preposto da ré pelo acidente - Inconsistência – Ausência de elementos comprobatórios em torno da dinâmica do acidente - Prova oral que não traduziu a necessária segurança para a distribuição das responsabilidades - Ratificação da sentença nos termos do artigo 252, do Regimento Interno deste Tribunal.

Apelo desprovido.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso de apelação interposto nos autos da ação ordinária de indenização por perdas e danos materiais e morais por prática de ato ilícito, movida por Patrícia de Brito Dantas em face de “Viação Barão de Mauá Ltda.”, onde proferida sentença que julgou improcedente a pretensão deduzida. Sucumbente, ficou a cargo da autora o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, observados os benefícios da Lei nº 1.060/50 – fls. 166/169.

VOTO 16.850



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Aduz a autora que a sentença carece de integral reforma sob alegação, em apertada síntese, de que devidamente demonstrado pelas provas produzidas nos autos que o culpado pelo acidente foi o motorista da requerida, ao que deve ser indenizada pelos danos materiais e morais sofridos em decorrência da morte de sua mãe – fls. 179/187.

A ré apresentou contrarrazões (fls. 194/199), ao que vieram os autos conclusos a este relator.

É o relatório.

Demanda ajuizada à argumentação de que no dia 15 de outubro de 2004, a vítima, mãe da autora, foi atingida violentamente pelo veículo de transporte coletivo conduzido pelo preposto da requerida.

Em razão do atropelamento veio a falecer no dia 18 de outubro de 2004, conforme boletim de ocorrência e atestado de óbito (fls. 16/20), motivo pelo qual sua filha propôs a presente demanda visando ser indenizada pelos danos materiais e morais sofridos.

A prova oral produzida sob o crivo do contraditório aponta para a culpa exclusiva da vítima, que surgiu

30ª Câmara de Direito Privado

repentinamente na frente do ônibus, além de haver indícios de que de que estaria embriagada ou desorientada psicologicamente.

Assim é que as testemunhas presenciais relataram que "(...) A vítima virou de frente para o ônibus quando chegou até o carro que estava estacionado. Ela foi para o meio do carro e assim não tinha para onde ir quando da aproximação do ônibus; (...) O depoente conhecia a vítima de vista. Ela passava com as roupas meio sujas; (...) a vítima andava 'pra cima e pra baixo'; A vítima atravessou direto sem olhar para os lados. O depoente chegou a ver a vítima tomando pinga com um rapaz que vende umas garrafinhas próximo ao local, mas não sabe dizer se ela estava embriagada." – (sic. fls. 124-verso). E, ainda, que "(...) Na rua havia carros estacionados dos dois lados. O depoente trafegava a 30 km/h. A vítima saiu de trás desses carros, da direita do depoente, e atravessou correndo na frente do ônibus e parou. A vítima parou de frente para o ônibus. O depoente tentou brecar o veículo, mas estava chovendo e não conseguiu evitar o atropelamento" - (sic. - fls. 126/127).

Diante dessa dinâmica o Magistrado houve por bem julgar improcedente a pretensão, certo que as razões de recurso apresentadas não conseguiram subtrair a solidez dos fundamentos contidos na r. Sentença.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Impõe-se, por isso, a manutenção do posicionamento adotado pelo MM. Juiz da causa, que assim consignou:

“Não há qualquer prova nos autos de que o preposto da ré conduzia o ônibus em velocidade incompatível com o local, dando causa ao acidente.”; “(...) mostra-se frágil o quadro probatório para se concluir pela culpa do motorista da ré. Pelo que se verifica dos autos, a vítima atravessou a pista fora da faixa de segurança, com hesitação no final da travessia, vendo-se o motorista surpreendido por imprevisível atitude da vítima. Não há provas suficientes nos autos de que a travessia foi feita em circunstâncias normais, constituindo fato previsível, permitindo ao motorista evitar o atropelamento.”; “No caso em exame inexistente nos autos prova suficiente de que o motorista da ré agiu com culpa, dando causa ao triste evento. Não há demonstração nos autos de que o motorista faltou com o dever objetivo de cuidado na direção do coletivo.” – sic. fls. 167/169

Assim, nos termos do artigo 252 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, a fim de se evitar inútil e desnecessária repetição, a sentença deve ser confirmada pelos seus próprios e bem deduzidos fundamentos, os quais ficam inteiramente adotados como razão de decidir pelo desprovimento do recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Referido dispositivo estabelece que “*Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la.*”

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

MARCOS RAMOS
Relator
Assinatura Eletrônica